

Entrevista: Albert Fishlow, acadêmico que estuda o Brasil há 40 anos



Divulgação

No Brasil, o ativismo judicial e a judicialização da política fazem parte do aprofundamento da democracia e da ampliação da sociedade civil. Não são apenas resultado de brechas na legislação, de acordo com o economista norte-americano **Albert Fishlow**, que há mais de 40 anos estuda o país. Nos Estados Unidos, compara, o número de processos não tem crescido no ritmo brasileiro e a Suprema Corte tem se tornado mais conservadora em temas importantes.

"Os sistemas de Justiça dos dois países caminham em direções opostas. Mas ambos reconhecem a importância de um Judiciário forte e independente para a manutenção da democracia", analisa o concorrido professor Fishlow em entrevista concedida à revista **Consultor Jurídico**, que teve de retomar a conversa por diversas vezes e meios (telefone, e-mail, pessoalmente) para concluir a conversa sobre a atualidade política do país e o papel que o sistema Judiciário tem desempenhado nos últimos anos no Brasil.

Professor emérito da Escola de Relações Internacionais e Públicas da Universidade Columbia, de Nova York, Fishlow é um dos mais respeitados estudiosos estrangeiros dedicados a observar o nosso país. São os chamados brasilianistas, pesquisadores não-brasileiros cujo objeto de estudo, sob diferentes aspectos, é o Brasil [[leia aqui sobre a genealogia dos brasilianistas e a recente tradição de estudos sobre o Brasil](#)].

As transformações da Nova República brasileira nas últimas duas décadas também foram discutidas na entrevista com o economista. As mudanças, de acordo com Fishlow, vêm ocorrendo em diferentes frentes e não partem de um contexto exclusivamente institucional ou estritamente de ordem econômica. Há um processo de transformação em curso que envolve diferentes atores, agentes e circunstâncias. Esta ideia é apresentada e detalhada em *O Novo Brasil* (editora Saint Paul, 288 pág.), livro lançado recentemente.

No início de 2010, Albert Fishlow enviou os originais de seu livro ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi um dos primeiros a ter acesso ao material. Em *O Novo Brasil*, o autor examina o

processo de redemocratização dos últimos 25 anos e como o contexto político, as mudanças sociais e a consolidação da estabilidade econômica interagem entre si.

Durante a entrevista, Fishlow atribuiu ao Judiciário brasileiro o importante papel de agente da redemocratização. Mas fez ressalvas: “Seria um equívoco afirmar que o Poder Judiciário tem agora uma responsabilidade maior por conta do crescimento socioeconômico. Há muito ainda por ser feito no âmbito da reforma política. A continuidade do crescimento socioeconômico não está simplesmente assegurada dentro de um contexto de complexidade global e de prioridades internas diversas”.

Albert Fishlow, 75 anos, dedica-se a empreender pesquisas sobre o Brasil há mais de quatro décadas. Criou e foi diretor do Centro de Estudos Brasileiros e dirigiu o Instituto de Estudos Latino-Americanos, ambos da Universidade Columbia. Lecionou também na Universidade da Califórnia, em Berkeley (onde orientou o doutorado do ex-ministro da Fazenda Pedro Malan), e na Universidade Yale, quando dirigiu o Centro para Estudos Internacionais da instituição. O pesquisador deu aulas na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e foi subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos EUA.

Leia a entrevista:

ConJur — O senhor esteve bastante ocupado em 2010. Entre outras coisas, finalizou um livro sobre o Brasil, certo? Poderia comentar algo sobre ele?

Albert Fishlow — O livro acaba de ser publicado. *O Novo Brasil* trata dos últimos 25 anos do país, enfocando os processos interativos de mudança política, reforma econômica, políticas sociais e relações exteriores durante este período. Conclui com um breve olhar para o futuro, voltado para a nova administração da presidente Dilma Rousseff. Espero que a obra contribua para o andamento das discussões sobre políticas que devem ser prioritárias nos próximos anos.

ConJur — O senhor acompanhou o caso envolvendo o pedido de extradição de Cesare Battisti? Como avalia o fato de Lula ter deixado para o último dia a decisão sobre o caso e ter optado por negar a extradição?

Albert Fishlow — O caso Battisti infelizmente tornou-se uma espécie de *cause célèbre*, com a comunidade europeia, e não somente a Itália, reagindo contra a decisão de última hora de Lula. O Supremo Tribunal Federal prometeu rever a decisão. A extradição é uma questão de Direito Internacional e as opiniões sobre seus aspectos legais divergem. Porém, internamente, o caso também repercute, as forças políticas não se ausentaram da discussão.

ConJur — O ativismo judicial passou a ser um fenômeno em curso no Brasil. Por conta de lacunas na legislação, muitas leis estariam defasadas em áreas vitais e imprescindíveis. A partir daí, o Judiciário brasileiro passou a ocupar esse espaço, atuando também como “propositor do Direito” para suprir o espaço deixado pelos legisladores. Muitos críticos dizem que isso resultou em uma judicialização excessiva da vida política e social do país. Nos EUA, o ativismo judicial não parece ser um problema. Como o senhor vê isso?

Albert Fishlow — No Brasil, o ativismo judicial ou a judicialização da política têm sido parte de um aprofundamento da democracia e ampliação da sociedade civil e não apenas como resultado de brechas na legislação. Nos Estados Unidos, o número de casos nos tribunais não tem crescido tão rapidamente como no Brasil, e o sentimento de muitos é que a Suprema Corte tem recuado em relação a decisões-

chave tomadas no passado referentes ao fim da segregação em escolas e ao direito ao aborto. Uma questão jurídica crucial nos Estados Unidos é se terão sucesso em bloquear esta nova tentativa de promover o seguro de saúde universal. Então, nesse sentido, os sistemas de Justiça dos dois países caminham em direções opostas. Mas ambos reconhecem a importância de um Judiciário forte e independente para a manutenção da democracia.

ConJur — O senhor defende que o sistema Judiciário no Brasil tem exercido papel fundamental na consolidação da estabilidade democrática no país. Pode-se dizer que o Judiciário é um dos principais agentes neste momento de equilíbrio institucional e estabilidade socioeconômica no Brasil? Em casos pontuais, a estabilidade seria mais responsabilidade do Judiciário do que da classe política brasileira? Como o senhor avalia a atuação da Justiça brasileira nos últimos anos?

Albert Fishlow — Está claro que nos últimos anos uma postura de maior ativismo judicial tem prevalecido no Brasil. O número de ações judiciais tem crescido no país. Também é verdade, contudo, que um grau de consolidação, sem prejuízo da imparcialidade, foi infundido por meio da Emenda Constitucional 45 e da criação do Conselho Nacional de Justiça. Temos agora a aprovação explícita da Súmula Vinculante pelo Supremo no caso de consentimento por dois terços da composição do tribunal. Porém, seria um equívoco afirmar que o Poder Judiciário tem agora uma responsabilidade maior por conta do crescimento socioeconômico. Há muito ainda por ser feito no âmbito da reforma política. A continuidade do crescimento socioeconômico não está simplesmente assegurada dentro de um contexto de complexidade global e de prioridades internas diversas.

ConJur — Nas últimas eleições, elegemos para deputado federal um humorista de televisão, o Tiririca, sem nenhuma experiência administrativa ou política e com uma campanha baseada em trocadilhos e piadas. Houve até um processo judicial para avaliar se ele era mesmo alfabetizado. O Congresso no Brasil ainda parece refletir nossos piores vícios. Que perspectivas o senhor tem sobre o parlamento brasileiro?

Albert Fishlow — A eleição de um comediante de televisão com o maior número de votos no país, redistribuídos para os partidos da mesma coligação, gerou uma atenção considerável no Brasil. Pessoalmente, Tiririca não é o problema. A falha está no sistema eleitoral com base na lista aberta para a Câmara, no qual há múltiplos candidatos individuais e muitos, mas muitos, porém fracos, partidos políticos. Um sistema de lista fechada, com algum peso centrado mais em distritos eleitorais, em vez da escolha ampla realizada em todo o estado, seria uma oportunidade de focar a seleção mais no programa político do que na popularidade individual. Em um Brasil federal, o apelo de se candidatar como governador ou prefeito de grandes cidades é muito intenso, e isso acaba por tirar força do legislativo e dá margem à contínua aprovação de medidas provisórias como algo natural das funções do Congresso. Espera-se que, dispondo de uma maior base aliada, a presidente Dilma terá a oportunidade de tratar do tema. O próprio Lula manifestou o interesse em cuidar da questão durante este ano. É importante focar nisso.

ConJur — As eleições no Brasil foram marcadas por uma campanha agressiva de ambos os lados e o uso de temas de forte apelo popular como a legalização do aborto com fins midiáticos e eleitorais. O senhor criticou a falta de ideias novas dos candidatos à presidência. Como avalia as últimas eleições e o resultado nas urnas?

Albert Fishlow — A vitória de Dilma nas eleições presidenciais não foi surpreendente por três razões.

Primeiro, a extraordinária popularidade de Lula teve efeitos óbvios conforme a campanha avançava, e sua escolha tornou-se assim mais amplamente conhecida. Em segundo lugar, a forte recuperação econômica em 2009 e 2010 contribuiu para um sentimento de satisfação nacional, favorecendo o PT como candidato. Terceiro, a eleição presidencial no Brasil tem se tornado cada vez mais regionalizada, com o Nordeste desempenhando uma importante fonte de suporte ao PT. Para disputar a eleição, José Serra precisava de uma estratégia coerente, capaz de fazer o estado-chave de Minas Gerais virar a seu favor. Por uma série de razões, isso não ocorreu, e mesmo que ele conseguisse o apoio, suas chances eram poucas desde o início. Não foi à toa que Dilma não teve muitas razões para preocupar-se com ideias novas: sua escolha foi acertada em enfatizar a continuidade.

ConJur — Os oito anos de governo Lula produziram uma polarização ideológica intensa no Brasil. É complicado muitas vezes mesmo para os brasileiros entender o que acontece. Como estudioso, como vê estes últimos oito anos e qual sua expectativa para a administração de Dilma Rousseff?

Albert Fishlow — Essa pergunta requer muitas páginas para uma resposta completa. Algumas das respostas estão em meu livro. A continuidade na política econômica, de um lado, e o avanço nas políticas sociais, de outro, são fundamentos da Era Lula. Sua decisão de não tentar encontrar meios para concorrer a um terceiro mandato, como alguns de seus pares fizeram na América Latina e na África, também foi decisiva para a democracia brasileira. A presidente Dilma já explicitou o compromisso de manter e aperfeiçoar esses mesmos aspectos. Claramente, as relações internacionais tornaram-se mais relevantes, conforme o Brasil tem avançado nas últimas décadas. O Brasil se favoreceu das atuais condições de comércio e crescimento dos mercados internacionais. Com a União Europeia em dificuldade, e os Estados Unidos e Japão sobrecarregados pela crescente dívida pública, o futuro global dependerá, inevitavelmente, mais do Brasil, China, Índia, África do Sul, Coreia, Indonésia, etc.

ConJur — Depois de anos estudando o Brasil, o que lhe parece mais peculiar ou surpreendente em relação à sociedade brasileira e sua organização política e econômica?

Albert Fishlow — Mudanças ocorridas com o fim definitivo da inflação, a expansão do comércio, a extensão de políticas sociais e a institucionalização progressiva do país, enfim, fenômenos que vimos nos últimos 20 anos. Mudanças que transformaram anteriormente o Brasil e provêm agora a base para um futuro muito melhor. Esses compromissos terão que ser sustentados. Possibilidades de riquezas originadas do petróleo do pré-sal podem ajudar nesse processo. Muito vai depender de melhorias na educação de base e média, que fortaleceria o capital humano e continuaria a reduzir o elevado grau de desigualdade de riqueza e de renda no país. E, claro, a violência social requer atenção, o que torna indispensável a garantia de segurança pública.

ConJur — Muitos concordam com o ponto de vista que uma das principais invenções da Constituição de 1988 é o papel e a posição que a Carta Magna estabelece para o Ministério Público. Esta ideia no Brasil é creditada como sendo sua. Como o senhor analisa a atuação do Ministério Público brasileiro nos últimos anos frente às mudanças políticas e sociais pelas quais passamos?

Albert Fishlow — O Ministério Público precede a Constituição de 1988, contudo, com esta, ganhou maior força por sua incorporação como uma agência independente. Nos anos subsequentes, o MP tornou-se uma presença marcante quando o assunto era meio ambiente, direitos do consumidor, a extensão de

privilégios sociais. O MP não opera apenas na esfera federal, mas nos níveis estadual e municipal. Outros países também dispõem desta presença em três níveis, porém o Brasil caminhou mais, combinando a função da promotoria com um papel ativo e independente como defensor dos direitos coletivos.

ConJur — O senhor afirmou recentemente que o Brasil ainda sofre o impacto da capitalização da Petrobrás, o que nos levou a uma valorização do real por conta da entrada de capital estrangeiro no país. Recentemente, presenciamos o que foi descrito pela imprensa como uma guerra cambial internacional, quando pareceu favorável à China manter a desvalorização de sua moeda. Como o senhor analisa a gestão da política financeira no Brasil recentemente frente a esse cenário? O que podemos esperar a curto e longo prazo?

Albert Fishlow — O Brasil preocupou-se acertadamente com a entrada de capitais e a consequente valorização de sua taxa de câmbio. Procurou taxar a entrada e pôr fim à queda do câmbio estrangeiro em bancos do país para reduzir a valorização do real. Ao mesmo tempo, a inflação tem aumentado, conduzindo a um provável crescimento das taxas de juros domésticas. Isso leva a uma direção contrária. A China tem resistido aos esforços dos Estados Unidos para valorizar o yuan, o que permitiria um dólar mais fraco, e o Brasil tem apoiado essa posição — embora tenha tentado limitar as importações chinesas em si. Contudo, um elemento central neste processo foi ignorado. O Brasil precisa eliminar seu déficit orçamentário, gastando menos; o que é uma diretriz já aprovada pelo governo, porém não empregada de forma satisfatória. Aqui uma necessária reforma da Previdência Social pode ajudar. A pretendida alta taxa de crescimento do Brasil precisa de muito mais investimento, e um superávit do setor público poderia contribuir. A indústria precisará da contínua melhoria tecnológica para aumentar a produtividade e poder assim competir internacionalmente. As mudanças na composição e extensão dos gastos públicos são fundamentais. Com isso, as taxas de juros passam a cair permanentemente e o excesso de influxo de capital não será mais um fator na determinação da taxa de câmbio.

ConJur — Falando em reforma da Previdência, em sua opinião, há alguma esperança do próximo governo assumir as reformas da Previdência Social e de nosso sistema tributário?

Albert Fishlow — Sou encorajado a pensar que sim por conta de preocupações do país com a taxa de câmbio, como acabei de explicar. Isso pode motivar o cuidado com problemas básicos no sistema tributário e na Previdência Social como uma forma de compensação. Deve-se mencionar também as reformas no mercado de trabalho. Como o nível de emprego tem crescido, as pressões para reformulações nessa área também se fazem perceber.

ConJur — O senhor é um veterano no estudo sobre o Brasil. Como estudioso estrangeiro, arriscaria dizer qual é nosso pior vício e nossa melhor virtude?

Albert Fishlow — As virtudes são muitas, muitas, diversas: isto explica porque continuo ir ao Brasil com frequência e porque preservo meu interesse no país. E o vício de sempre se remeter apenas como o país do futuro, e não em relação ao presente, está perdendo força.

Date Created

26/01/2011